

## **ACESSO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIONAL DE PIRES DO RIO-GO<sup>1</sup>**

Monica Isabel Canuto Nunes

Mestranda do PPGEDUC – UFG-Câmpus Catalão

monicacanuto08@gmail.com

### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo compreender as políticas e práticas de inclusão de alunos com deficiência nas instituições de educação infantil da Regional de Pires do Rio- GO, de 2007 a 2011. Para tanto, realizaremos análise documental e de entrevistas, para constatar as condições educacionais oferecidas às crianças com deficiência que garantam seu acesso e permanência com sucesso. Percebe-se que as crianças com deficiência não estão tendo acesso à educação infantil.

**Palavras-chave:** políticas; práticas; inclusão.

### **Introdução**

A exclusão escolar e os esforços para promover sua reversão tem sido alvo das políticas educacionais nos últimos anos. Em 1994 a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais afirma o compromisso com a Educação para todos e a Constituição Federal de 1988 reafirma este direito.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica (2001), estabelecem que o atendimento escolar dos alunos com deficiência terá início na educação infantil.

Políticas educacionais para a infância é crucial porque a educação é um direito social e humano (BAZÍLIO; KRAMER, 2008), e atualmente onde se busca a ampliação do atendimento educacional das crianças, a inclusão de todas elas contribuirá para esta universalização. Neste sentido, o que se questiona é: as crianças de 0 a 5 anos, com deficiência, estão tendo a garantia do acesso e da permanência nas instituições de educação infantil na Regional de Pires do Rio - GO?

Este trabalho visa analisar o acesso das crianças com deficiência na educação infantil,

---

<sup>1</sup>Pesquisa orientada pela Profa. Dra. Dulcéria Tartuci.

nos municípios que compreendem a Regional de Pires do Rio - GO (2007-2011), através dos dados de matrículas. Ele é parte da pesquisa, em andamento, que objetiva compreender as políticas públicas municipais que definem o acesso e a permanência das crianças de 0 a 5 anos, com deficiência, na rede pública dos municípios que fazem parte da Regional de Pires do Rio-GO.

### Considerações Metodológicas

A pesquisa é de cunho qualitativo e definimos como recortes: temporal 2007 a 2012, e espacial serão pesquisados os municípios da Regional de Pires do Rio – GO: Ipameri, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás e Urutaí. Os procedimentos da investigação envolvem a análise documental e entrevistas.

Os resultados podem contribuir para a elaboração de políticas e práticas inclusivas, pois conforme Mainardes (2006, p. 97), ela “permite uma análise crítica e contextualizada de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação no contexto da prática, bem como os seus resultados/efeitos”.

### Alguns Indicadores de Acesso na Educação Infantil

Nesta análise buscaremos apresentar, através da tabela abaixo, os números de matrículas na rede municipal, no período de 2007 a 2011, visando caracterizar como está ocorrendo o atendimento a esta população.

**Tabela 1:** Número de matrículas de educação infantil e educação especial da Regional de Pires do Rio-GO- 2007 a 2011.

	Educação Infantil					Educação Especial				
	Anos					Anos				
Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Ipameri</b>	1060	1051	1058	1022	1047	85	120	140	148	134
<b>Orizona</b>	287	282	390	342	361	03	03	03	05	06
<b>Palmelo</b>	57	99	69	64	60	0	0	0	02	03
<b>Pires do Rio</b>	528	598	676	538	532	06	05	06	06	06

<b>Santa Cruz de Goiás</b>	75	75	50	60	60	01	02	01	0	0
<b>Urutaí</b>	75	100	127	122	82	0	0	01	02	05

Fonte: [www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br)

Pires do Rio, em 2011, registra 532 crianças na educação infantil e 06 com deficiência, de modo semelhante à maioria dos municípios, um percentual de 1,13%. Em Ipameri, nesse mesmo ano, o total de matrícula é 1.181, sendo 134 na educação especial, embora o registro seja de mais de 10% nessa modalidade da educação, esse percentual de matrícula de crianças pequenas nesse município ocorre em escola especial.

### Considerações Finais

As políticas educacionais inclusivas determinam o direito de acesso e permanência a todos, independente de suas condições física, social, econômica e cultural. Porém, ao analisarmos os dados iniciais de acesso, percebemos que a universalização está bem distante de acontecer, em especial, as crianças com deficiência.

### Referências

BAZÍLIO, Luiz C., KRAMER, Sônia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988)

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC-SEESP, 2001.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Estatísticas Municipais**. [www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br). Acesso em 01/04/2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.